



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul

## Prestação de Contas Ordinária Anual Relatório de Gestão do Exercício de 2011

Relatório de Gestão do Exercício de 2011 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas ordinária anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da Instrução Normativa TCU nº 63/2010, da Decisão Normativa TCU nº 108/2010 e da Portaria-TCU nº 123/2011 e das orientações do órgão de controle interno.

---

Campo Grande, março de 2012

---

## Equipe Diretiva do IFMS

### Reitoria

Reitor: Marcus Aurélius Stier Serpe

Procuradora Federal: Marta Freire de Barros Refundini

PROEN - Pró-Reitoria de Ensino e Pós-Graduação

Pró-Reitora de Ensino e Pós-Graduação: Marcelina Teruko Fujii Maschio

PROIN - Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação: Paulo Marcos Esselin

PROAD - Pró-Reitoria de Administração

Pró-Reitor de Administração: Ivan Ferreira Domingues

PROEX - Pró-Reitoria de Extensão e Relações Institucionais

Pró-Reitora de Extensão e Relações Institucionais: Carla Simone Burdzinski

### Diretores dos *campi*

Diretor-Geral do *Campus* Aquidauana: Delmir da Costa Felipe

Diretor-Geral do *Campus* Campo Grande: Joelson Maschio

Diretor-Geral do *Campus* Coxim: Ubirajara Cecilio Garcia

Diretor-Geral do *Campus* Corumbá: Luiz Simão Staszczak

Diretor-Geral do *Campus* Nova Andradina: José Junio Rodrigues de Souza / Jarbas Magno Miranda

Diretor-Geral do *Campus* Ponta Porã: Marcel Hastenpflug

Diretora-Geral do *Campus* Três Lagoas: Girlane Almeida Bondan

### Comissão responsável pela elaboração do Relatório de Prestação de Contas 2011

Presidente: Roberto Assad Pinheiro Machado

Vice-Presidente: Ivan Ferreira Domingues

Pró-Reitora de Ensino e Pós-Graduação: Marcelina Teruko Fujii Maschio

Pró-Reitor de Pesquisa e Inovação: Paulo Marcos Esselin

Pró-Reitora de Extensão e Relações Institucionais: Carla Simone Burdzinski

Programadora Visual: Wilmara Aparecida Rios

Assistente em Administração: Lidiane de Medeiros Barbosa

## Lista de quadros

QUADROS	
A.1.1	Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual
A.2.2	Execução Física das ações realizadas pela UJ
A.2.3	Identificação das Unidades Orçamentárias
A.2.4	Programação de Despesas Correntes
A.2.5	Programação de Despesas Capital
A.2.6	Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência
A.2.7	Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa
A.2.8	Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ
A.2.9	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ
A.2.10	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ
A.2.11	Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por movimentação
A.2.12	Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
A.2.13	Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação
A.4.1	Situação dos Restos a Pagar de exercícios anteriores
A.5.1	Força de Trabalho da UJ - Situação apurada em 31/12
A.5.2	Situações que reduzem a força de trabalho da UJ – Situação em 31/12
A.5.3	Detalhamento estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ - Situação apurada em 31/12
A.5.4	Quantidade de servidores da UJ por faixa etária - Situação apurada em 31/12
A.5.5	Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12
A.5.9	Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores
A.5.12	Contratos de prestação de serviços de limpeza e higiene e vigilância ostensiva
A.5.13	Contratos de prestação de serviços com locação de mão de obra
A.7.1	Modelo de declaração de inserção e atualização de dados no SIASG e SCONV
A.8.1	Demonstrativo do cumprimento da obrigação de entregar a DBR
A.9.1	Estrutura de controles internos da UJ
A.10.1	Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis
A.11.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União
A.11.2	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros
A.12.1	Gestão da Tecnologia da Informação da unidade jurisdicionada
A.13.1	Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador
A.13.2	Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)
A.15.1	Cumprimento das Deliberações do TCU atendidas no Exercício
A.15.3	Relatório de cumprimento das recomendações do OCI
A.16.1	Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no exercício
B.1.1	Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária
C.7.3	Indicadores de Desempenho – Acórdão TCU 2267/2005 - Plenário

# Sumário

Introdução	2
Organograma funcional	4
<b>CONTEÚDO A . Conteúdo Geral do Relatório de Gestão</b>	<b>5</b>
A. Conteúdo Geral do Relatório de Gestão	6
1.1 - Identificação da UJ-Relatório de Gestão Individual	6
2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade	7
2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.	7
2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ	12
2.3.1 Execução Física das Ações realizadas pela UJ	12
2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro	13
2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa	13
2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes	14
2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital	14
2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas	15
2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa	15
2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa	16
2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ	17
2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação	17
2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa	19
2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação	20
2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por Movimentação	20
2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	21
2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação	22
3.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores	23
4.1 Composição do quadro de servidores ativos	23
4.1.1 Demonstração da força de trabalho à disposição da UJ	23
4.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da UJ	24
4.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da UJ	24
4.1.4 Quantificação do quadro de pessoal da UJ segundo a idade	25
4.1.5 Quantificação do quadro de pessoal da UJ segundo a escolaridade	25
4.2 Demonstração dos custos de pessoal da UJ	26
4.3 Terceirização de mão de obra empregada pela UJ	27
4.3.1 Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva	27
4.3.2 Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra	27
5.1 Declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV	28
6.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela lei 8.730/93	29
6.1.1 Demonstrativo do cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de entregar a DBR	29
7.1 Estrutura de Controles Internos da UJ	29
8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis	31
9.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial	32
9.1.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial de Propriedade da União	32
9.1.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial Locados de Terceiros	33
9.1.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ	33
10.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)	34
11.1 Despesas com Cartão de Crédito Corporativo	35
11.1.1 Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por Portador	35
11.1.2 Despesa com cartão de crédito corporativo(série histórica)	36
12.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício	36
13.1 Recomendações do OCI atendidas no exercício	40
14.1 Recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna atendida no Exercício	48
<b>CONTEÚDO B . Informações Contábeis da Gestão</b>	<b>49</b>
B. Informações Contábeis da Gestão	50
15.1 Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ	50
<b>CONTEÚDO C . Conteúdo específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins</b>	<b>51</b>
Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins	51
C. Indicadores de Gestão	52
16.1 Indicadores de Desempenho – Acordão TCU 2267/2005- Plenário	52

## Introdução

### 1. Introdução

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - FMS, criado pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, vinculado à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica – SETEC, do Ministério da Educação – MEC, integra o programa de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica do governo federal, tendo por finalidade formar e qualificar profissionais nos vários níveis e modalidades de ensino, para diversos setores da economia, realizar pesquisa, desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços, em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, além de fornecer mecanismos para a educação continuada. Caracteriza-se por possuir natureza jurídica de autarquia, sendo detentor de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar.

Com a aprovação da Lei nº 9.394 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN, em 20 de dezembro de 1996, pelo Congresso Nacional e com o Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, que regulamentou os artigos referentes à Educação Profissional, consolidaram-se os mecanismos para a reestruturação de Cursos Técnicos, permitindo a utilização do potencial que lhes é característico. Os Institutos Federais, dadas as especificidades de sua organização didático-pedagógica, apresentam um novo modelo de trabalho pedagógico que privilegia as exigências do mundo de trabalho cada vez mais competitivo, no sentido de oferecer à sociedade uma formação profissional compatível com os eixos tecnológicos.

O IFMS iniciou suas atividades em sete (7) municípios: Aquidauana, Campo Grande, Corumbá, Coxim, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas, ampliando sua inserção no estado com a futura implantação em mais três (3) municípios: Dourados, Jardim e Naviraí. Dentre os *campi* Nova Andradina iniciou as atividades acadêmicas em 2010, com a oferta de 160 vagas em cursos técnicos integrados de nível médio nas áreas de Agropecuária e Informática. Tal oferta foi sendo ampliada nos *campi* que passaram a funcionar em locais cedidos ao mesmo tempo em que se iniciavam as obras dos *campi* definitivos.

No segundo semestre de 2010, o IFMS, em parceria com o Instituto Federal do Paraná - IFPR, ofertou 564 vagas em cursos técnicos na modalidade Educação a Distância – EaD, com transmissão via satélite, sendo eles: Técnico em Administração, Técnico em Secretariado e Técnico em Serviços Públicos. O público-alvo era estudantes que concluíram o Ensino Médio. Estas turmas concluirão seus cursos em 2012, sendo os referidos estudantes os primeiros formandos do IFMS. Em 2011, estas vagas aumentaram significativamente para 2.422, graças aos esforços para ampliar a oferta desta modalidade de educação em parceria com outros municípios do Estado de Mato Grosso do Sul pelo IFMS como um todo e pela Pró-Reitoria de Ensino e Pós-Graduação, por meio de sua Coordenação de Educação a Distância

O Curso Técnico Integrado que teve início no *Campus* Nova Andradina em 2010, passou a ser ofertado no primeiro semestre de 2011 em outros seis *campi* do IFMS na modalidade presencial e integrado, atendendo simultaneamente às exigências da Educação Básica e da Educação Profissional, ofertando 1.360 vagas em diferentes eixos tecnológicos. Inclui-se aqui estudantes do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Diante desta demanda e da necessidade de atender aos estudantes interessados em fazer parte da comunidade do IFMS por meio de cursos de nível médio, presencial ou a distância ou em seus cursos superiores, o IFMS deu continuidade à nomeação de servidores técnico-administrativos e docentes aprovados nos concursos públicos realizados em 2010. Em janeiro de 2011 abre concurso público de provas e títulos destinado ao provimento de 53 cargos de docentes do ensino básico, técnico e tecnológico, além de promover processo seletivo simplificado para professor temporário em diferentes *campi*, sinalizando para 2012 a abertura de novos concursos tanto para docentes quanto para técnicos-administrativos, a fim de dar continuidade ao processo de expansão da oferta de vagas a estudantes dos diferentes níveis e modalidades de ensino.

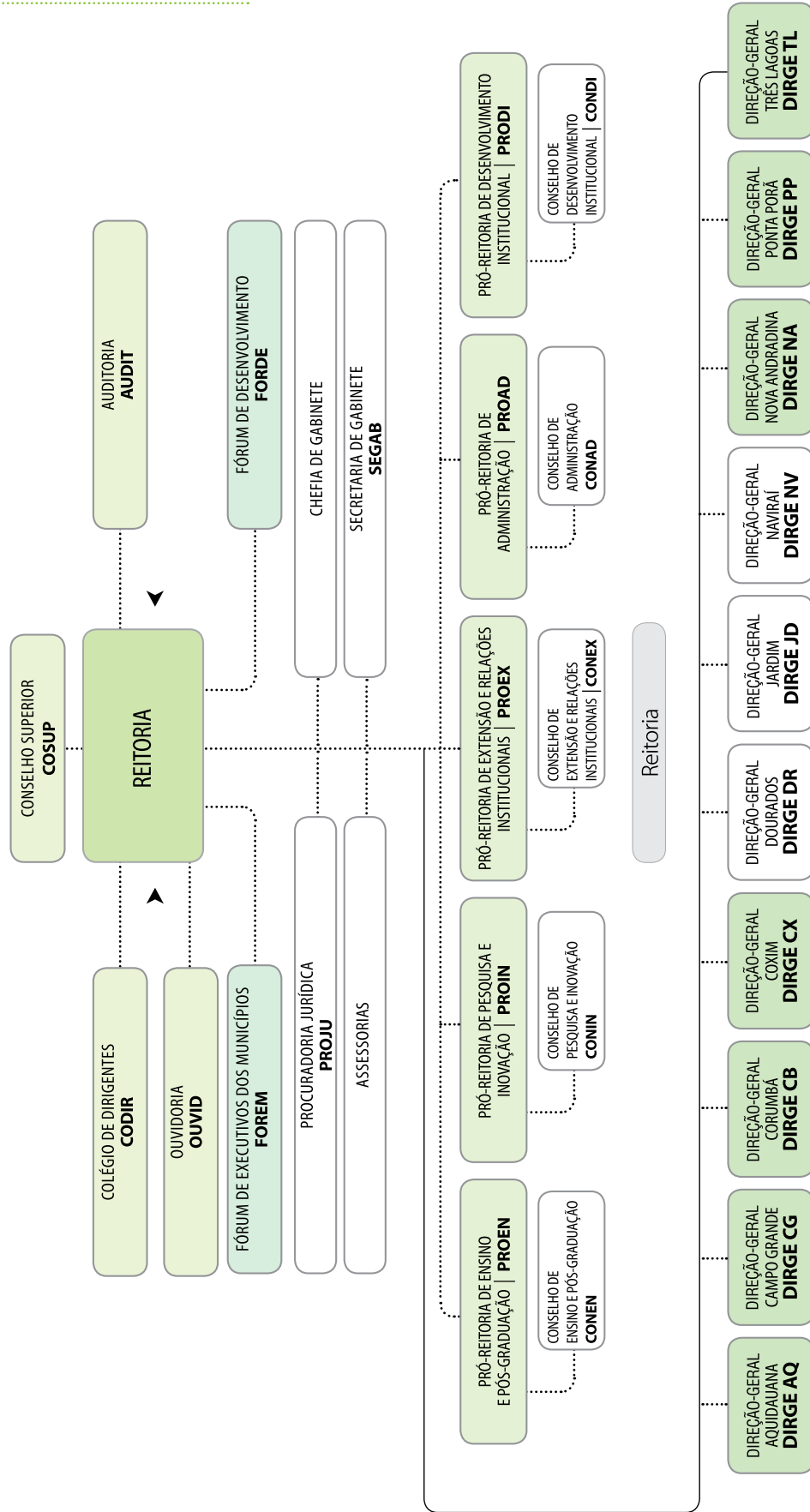
O andamento das obras foi acelerado durante o ano de 2011, prevendo-se para 2012 a inauguração de parte destes *campi*, além da perspectiva de recebimento de materiais didáticos e equipamentos para dar suporte às aulas ministradas no IFMS.

Os esforços da Reitoria e Pró-Reitorias estão direcionados visando à ampliação do número de vagas e da oferta de cursos nos diferentes níveis e modalidades de ensino em 2012, além de orientar a verticalização das áreas e eixos dos itinerários formativos.

A estrutura do Relatório de Gestão IFMS 2011 está organizada da seguinte maneira:

- A . Conteúdo Geral
- B . Informações Contábeis da Gestão
- C . Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins

# Organograma funcional



A

Conteúdo Geral do  
Relatório de Gestão



## A. Conteúdo Geral do Relatório de Gestão

### 1.1 - Identificação da UJ-Relatório de Gestão Individual

Quadro A.1.1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

<b>Poder e Órgão de Vinculação</b>			
<b>Poder:</b> Executivo			
<b>Órgão de Vinculação:</b> MEC – Ministério da Educação			<b>Código SIORG:</b> 244
<b>Identificação da Unidade Jurisdicionada</b>			
<b>Denominação completa:</b> Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			
<b>Denominação abreviada:</b> IFMS			
<b>Código SIORG:</b> 100904	<b>Código LOA:</b> 26415	<b>Código SIAFI:</b> 158132	
<b>Situação:</b> ativa			
<b>Natureza Jurídica:</b> Autarquia do Poder Executivo Federal			
<b>Principal Atividade:</b> Educação			<b>Código CNAE:</b> Ensino Médio 85.20-1-00
<b>Telefones/Fax de contato:</b>	(067) 3042-5117	(067) 3043-1095	(067) 3042-5147
<b>E-mail:</b> <a href="mailto:reitoria@ifms.edu.br">reitoria@ifms.edu.br</a>			
<b>Página na Internet:</b> <a href="http://www.ifms.edu.br">http://www.ifms.edu.br</a>			
<b>Endereço Postal:</b> Av. Afonso Pena, 775, Bairro Amambaí, CEP 79.005-000 – Campo Grande – Mato Grosso do Sul			
<b>Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei 11.892 de 29 de dezembro de 2008			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Portaria nº 4 de 6 de janeiro de 2009 – Relação dos <i>Campi</i> que compõem cada um dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.			
Resolução nº 31 de agosto de 2009 – Estatuto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul;			
Manuais e publicações relacionados às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
<b>Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
158449	<i>Campus</i> Campo Grande		
158452	<i>Campus</i> Nova Andradina		
158448	<i>Campus</i> Aquidauana		
158450	<i>Campus</i> Corumbá		
158451	<i>Campus</i> Coxim		
158453	<i>Campus</i> Ponta Porã		
158454	<i>Campus</i> Três Lagoas		
<b>Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada</b>			
Código SIAFI	Nome		
---	-----		
<b>Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões</b>			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
158449		26415	
158452		26415	

## 2 Objetivos e Metas Institucionais

### 2.1 Responsabilidades Institucionais da Unidade

Com a posse de docentes concursados e de servidores técnico-administrativos, foi possível ampliar, em 2011, a oferta de vagas em todos os *campi* e nos níveis médio e superior de ensino, de acordo com as demandas de cada região atendida pelo IFMS. Mantendo a oferta de quatro cursos de nível médio integrado, ampliou-se para nove o número de cursos nesta modalidade de ensino. Em 2010, estes cursos foram ofertados apenas no *Campus* Nova Andradina, sendo que, em 2011, todos os outros *campi* também passaram a ofertar cursos técnicos de nível médio. De 160 vagas ofertadas em 2010, saltamos para 1.360 vagas ofertadas em 2011.

Por meio do programa Escola Técnica Aberta do Brasil (e-TEC) foram ofertadas, ao todo, em 2011, 200 vagas em Campo Grande, sendo que 120 vagas foram ofertadas no primeiro semestre de 2011 e mais 80 vagas no segundo semestre daquele ano. Foram 919 candidatos inscritos para 200 vagas ofertadas.

De acordo com o art. 8º da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, o Instituto Federal, em cada exercício, deve garantir o mínimo de 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para cursos técnicos de nível médio, o mínimo de 20% (vinte por cento) de suas vagas para cursos de licenciatura e 30% (trinta por cento) das vagas para outros cursos que possam ser oferecidos. O IFMS passa a oferecer cursos de ensino superior em 2011, começando no *Campus* Campo Grande com 80 vagas para o Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet, passando, no segundo semestre, a ofertar 240 vagas para os cursos superiores de tecnologia nos *campi* Aquidauana, Corumbá, Nova Andradina, Ponta Porã e Três Lagoas, e 40 vagas no curso de Licenciatura em Química no *Campus* de Coxim. O curso mais concorrido foi o de Sistemas para Internet no *Campus* Campo Grande, sendo 1.185 candidatos para 80 vagas.

Quanto à organização didático-pedagógica, os cursos técnicos de nível médio têm duração de três anos e meio organizados em sete semestres letivos. Os cursos na modalidade EaD com aulas virtuais ministradas pelo IFPR e com tutoria nos municípios do Estado, sob a coordenação do IFMS, são organizados em dois anos. Já os cursos superiores de tecnologia são organizados em cinco, seis ou sete semestres, de acordo com as especificidades técnicas e pedagógicas de cada curso; o curso de Licenciatura em Química está organizado em oito semestres letivos.

As metas para 2012 são de ampliação da oferta de vagas, a proposição de curso *lato sensu* em nível de pós-graduação, além da implementação das bibliotecas e laboratórios nos *campi* que forem inaugurados neste período.

### 2.2 Estratégia de atuação frente às responsabilidades institucionais.

O ano de 2011 foi marcado pelo início das atividades acadêmicas em seis novos *campi* do IFMS. Dos sete *campi*, apenas Nova Andradina funcionou em instalação definitiva e os outros seis *campi* em instalações cedidas ou alugadas. O IFMS enveredou esforços e atendeu nesse ano aproximadamente 1500 estudantes na modalidade presencial e 2500 na modalidade a distância.

A Lei nº 11.892/2008, que criou os Institutos Federais, estabeleceu percentuais para oferta de cursos técnicos e licenciaturas, entre outros. Nesse ano o *Campus* Coxim deu início à Licenciatura em Química, buscando cumprir o especificado nesta lei.

O IFMS assinou o Termo de Acordo e Metas junto à Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica- SETEC, o que possibilitou vislumbrar os objetivos a serem alcançados. Desta forma, foram criados mecanismos que pudessem possibilitar o ingresso e a permanência dos estudantes, para cumprir as metas estabelecidas neste acordo, como a criação de Conselhos Pedagógicos por turma, a implantação da Assistência Estudantil, aulas de reforço aos estudantes com dificuldades de acompanhamento e aprendizagem.

Outras estratégias de atuação foram adotadas como encontros de capacitação de servidores de registros acadêmicos, pedagogos, assistentes sociais, entre outros.

No que se refere à Inclusão, o IFMS instituiu o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Educacionais Específicas - NAPNE, nos sete *campi*, com sensibilização e capacitação de servidores.

Em 2011, o IFMS firmou convênio com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) para a criação do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica para o Ensino Médio e do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação.

Ambos os programas concederam 32 bolsas de pesquisa aos estudantes de cursos de nível médio e superior. Para complementar, a Instituição garantiu quatro bolsas, sendo duas para estudantes de graduação e duas para nível médio.

Entre as pesquisas de destaque, estão os projetos “Desenvolvimento de forno a indução de baixo custo”, “Educação Ambiental: a coleta seletiva e a reciclagem do papel no Instituto Federal de Mato Grosso do Sul - *Campus* Campo Grande” e “Acessibilidade e Usabilidade: uma proposta de avaliação para dispositivos computacionais móveis”.

Com recursos próprios, foi instituído o Programa de Bolsas de Iniciação Científica que irá conceder quatro bolsas para o nível superior. As pesquisas se concentram na área da Educação Profissional e Tecnológica.

Outros quatro projetos integram o Programa de Voluntário de Iniciação Científica, sem contrapartida de recursos. Há pesquisas sobre a flora do Pantanal, as pequenas centrais hidrelétricas e oficinas de educação ambiental.

Os projetos de pesquisa selecionados pelos referidos programas serão executados no exercício de 2012.

Por meio da extensão, tiveram início os programas de assistência estudantil, com a oferta de auxílios permanência e alimentação aos estudantes dos cursos técnicos integrados. Em 2011, o IFMS publicou três editais, sendo dois voltados à Educação de Jovens e Adultos.

Para oferecer possibilidades de estágio aos estudantes, o IFMS firmou convênios com a Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária), Coopavil (Cooperativa Agroindustrial do Vale do Ivinhema Ltda), Ministério Público Estadual, Ministério Público Federal, além dos agentes de integração SKILL, CIEE (Centro de Integração Empresa Escola) e IEL (Instituto Euvaldo Lodi).

Entre os projetos que atendem à comunidade interna, estão o Núcleo de Idiomas, os cursos de informática básica e matemática, atividades de teatro e música; já atendendo à comunidade externa temos o programa Mulheres Mil, do Ministério da Educação, que contemplou duas unidades da Instituição que ofertarão cursos de formação inicial e continuada a mulheres em situação de vulnerabilidade social. Em Anastácio, município vizinho a Aquidauana onde fica o *campus*, foram abertas 100 vagas para o curso de panificação. Em Nova Andradina, serão atendidas outras 100 mulheres que aprenderão sobre preparo, conservação e congelamento de alimentos.

Alguns itens da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, Anexo II, não foram contemplados porque não se aplicam, são eles:

- Quadro A.1.2 - Identificação da UJ - Relatório de Gestão Consolidado
- Quadro A.1.3 - Identificação - Relatório de Gestão Agregado
- Quadro A.1.4 - Identificação - Relatório de Gestão Consolidado e Agregado
- Quadro A.2.1 - Demonstrativo da Execução por Programa de Governo
- Quadro A.14.1 - Renúncias Tributárias sob Gestão da UJ
- Quadro A.14.2 - Valores Renunciados e Respectiva Contrapartida
- Quadro A.14.3 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia - Pessoas Físicas
- Quadro A.14.4 - Contribuintes Beneficiados pela Renúncia - Pessoas Jurídicas
- Quadro A.14.5 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia - Pessoas Físicas
- Quadro A.14.6 - Beneficiários da Contrapartida da Renúncia - Pessoas Jurídicas
- Quadro A.14.7 - Aplicação de Recursos da Renúncia de Receita pela própria UJ
- Quadro A.14.8 - Prestações de Contas de Renúncia de Receitas
- Quadro A.14.9 - Comunicações à RFB
- Quadro A.14.10 - Indicadores de Gestão da Renúncia de Receitas
- Quadro A.14.11 - Ações da RFB
- Quadro B.4.1 - Composição Acionária do Capital Social
- Quadro B.4.2 - Investimentos Permanentes em outras Sociedades
- Quadro C.1.1 - Relação dos Partidos
- Quadro C.1.2 - Composição do Montante Arrecadado pelo Fundo Partidário
- Quadro C.1.3 - Distribuição dos Valores do Fundo Partidário aos Partidos no Exercício de 2011
- Quadro C.1.4 - Partidos que prestaram contas relativas ao Exercício Anterior ao de Referência
- Quadro C.1.5 - Partidos que NÃO prestaram Contas Relativas ao Exercício Anterior ao de Referência
- Quadro C.1.6 - Situação da Prestação de Contas das Direções Nacionais dos Partidos
- Quadro C.1.7 - Julgamento das Contas das Direções Nacionais dos Partidos
- Quadro C.1.8 - Relação dos Diretórios de Partidos no Estado
- Quadro C.1.9 - Discriminação das Cotas do Fundo Partidário recebidas pelos Diretórios Estaduais das Direções Nacionais dos Partidos
- Quadro C.1.10 - Diretórios Estaduais que prestaram Contas Relativas ao Exercício anterior ao de Referência
- Quadro C.1.11 - Diretórios Estaduais que NÃO prestaram Contas Relativas ao Exercício de 2010
- Quadro C.1.12 - Julgamento das Contas dos Diretórios Estaduais dos Partidos
- Quadro C.5.1 - Operações Contratadas com Riscos Compartilhado e Integral do Fundo e do Banco Operador
- Quadro C.5.2 - Créditos de Liquidação Duvidosa de Operações Contratadas
- Quadro C.5.3 - Prejuízos Contabilizados no Exercício de 2011
- Quadro C.5.4 - Ressarcimentos Efetuados pelo Banco Operador ao Fundo no Exercício de 2011, decorrentes de Perdas em Operações com Risco Compartilhado
- Quadro C.5.5 - Ações de Cobranças Judiciais ajuizadas no Exercício de Referência do Relatório de Gestão
- Quadro C.7.1 - Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU n.º 408/2002
- Quadro C.7.2 - Resultados dos Indicadores da Decisão TCU n.º 408/2002
- Quadro C.10.1 - Indicadores Análise da Situação Econômico-Financeira
- Quadro C.10.2 - Análise da Distribuição da Riqueza Gerada pela UJ
- Quadro C.12.1 - Remuneração dos Conselhos de Administração e Fiscal
- Quadro C.12.2 - Síntese da Remuneração dos Administradores
- Quadro C.12.3 - Detalhamento de itens da Remuneração Variável dos Administradores
- Quadro C.16.1 - Consultores Contratados na Modalidade “produto” no âmbito dos Projetos de Cooperação Técnica com Organismos Internacionais
- Quadro C.30.1 - Evolução do Plano Nacional de Desimobilização no Exercício de 2011
- Quadro C.37.1 - Caracterização dos Contratos de Gestão Vigentes no Exercício

- Quadro C.37.2 - Relação de Membros do Conselho de Administração
- Quadro C.37.3 - Informações sobre o Custo de Participação do Membro nas Reuniões
- Quadro C.37.4 - Demonstração dos Valores Mensais Repassados no Exercício
- Quadro C.37.5 - Relação dos Dirigentes da Entidade Contratada por meio de Contrato de Gestão
- Quadro C.37.6 - Demonstrativo da Remuneração do Pessoal da Entidade Signatária do Contrato de Gestão
- Quadro C.37.7 - Relação dos Membros da Comissão de Avaliação
- Quadro C.37.8 - Demonstrativo das Prestações de Contas apresentadas no Exercício
- Quadro C.37.9 - Valores Repassados e Avaliação das Metas do Contrato de Gestão
- Quadro C.37.10 - Indicadores de Desempenho Pactuados e seus Resultados
- Quadro C.37.11 - Avaliação Geral dos Resultados do Contrato de Gestão
- Quadro C.37.12 - Identificação da Estrutura de Pessoal da Unidade Responsável pelo Acompanhamento
- Quadro C.37.13 - Discriminação dos recursos da UJ colocados à disposição da Entidade Privada
- Quadro C.38.1 - Identificação dos Termos de Parceria vigentes no Exercício
- Quadro C.38.2 - Demonstração dos Valores Mensais repassados no Exercício em razão de Termo de Parceria
- Quadro C.38.3 - Dados agregados dos Termos de Parceria de Exercícios antecedentes ao de Referência
- Quadro C.38.4 - Composição da Comissão de Avaliação do Resultado da Parceria (Art. 11, § 1º da Lei nº 9.790/99)
- Quadro C.38.5 – Demonstrativo das Prestações de Contas Apresentadas no Exercício
- Quadro C.38.6 – Demonstrativo dos Indicadores Pactuados com a Entidade Parceira

Itens da Decisão Normativa TCU nº 107/2010, Anexo II, que apesar de se aplicarem à natureza da Unidade, não houve ocorrências, pelo fato de o IFMS encontrar-se em implantação. São eles:

- Quadro A.3.1. - Reconhecimento de Passivos por Insuficiência de Créditos ou Recursos
- Quadro A.5.6 - Composição do Quadro de Servidores Inativos - Situação apurada em 31 de dezembro
- Quadro A.5.7 - Composição do Quadro de Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12
- Quadro A.5.8 - Composição do Quadro de Estagiários
- Quadro A.5.10 - Relação dos Empregados Terceirizados substituídos em decorrência da realização de Concurso Público ou de Provimento Adicional Autorizados
- Quadro A.5.11 - Autorizações para realização de Concursos Públicos ou Provimento Adicional para substituição de Terceirizados
- Quadro A.6.1 - Caracterização dos Instrumentos de Transferências Vigentes no Exercício de Referência
- Quadro A.6.2 - Resumo dos Instrumentos celebrados pela UJ nos três últimos Exercícios
- Quadro A.6.3 - Resumo dos Instrumentos de Transferência que vigerão em 2011 e exercícios seguintes
- Quadro A.6.4 - Resumo da Prestação de Contas sobre Transferências Concedidas pela UJ na modalidade de Convênio, Termo de Cooperação e de Contratos de Repasse
- Quadro A.6.5 - Visão Geral da Análise das Prestações de Contas de Convênios e Contratos de Repasse
- Quadro A.15.2 - Situação das Deliberações do TCU que permanecem pendentes de atendimento no Exercício
- Quadro A.15.4 - Situação das Recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento no Exercício
- Quadro A.16.2 - Informações sobre Recomendação de Unidade de Auditoria Interna pendente de atendimento no final do Exercício de Referência
- Quadro B.1.2 - Declaração de que as Demonstrações Contábeis do exercício NÃO REFLETEM corretamente a Situação Orçamentária, Financeira e Patrimonial da Unidade Jurisdicionada

## Justificativas

### Quadro A.3.1

A execução orçamentário-financeira do IFMS no exercício de 2011 não registrou nenhuma conta contábil que pudesse ser tratada pelo reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.

### Quadro A.5.6

Não há no IFMS servidores inativos.

### Quadro A.5.7

Não há no IFMS instituidores de Pensão

### Quadro A.5.8

Não há no IFMS estagiários

### Quadro A.5.10

Não houve no exercício de 2011 substituição de empregados terceirizados em decorrência da realização de concurso público ou de provimento adicional autorizado

### Quadro A.5.11

Não houve no exercício de 2011 autorizações para realização de concursos públicos ou provimento adicional para substituição de terceirizados

### Quadros A.6.1, A.6.2, A.6.3, A.6.4 e A.6.5

O Instituto Federal de Mato Grosso do Sul não operacionalizou no exercício de 2011 nenhuma transferência orçamentária para outra unidade jurisdicionada.

### Quadro A.15.2

As deliberações do TCU foram consideradas atendidas no exercício não restando informações a serem inseridas neste quadro

### Quadro A.15.4

As recomendações do OCI foram consideradas atendidas no exercício não restando informações a serem inseridas neste quadro.

### Quadro A.16.2

As recomendações da unidade de auditoria interna foram consideradas atendidas no exercício não restando informações a serem inseridas neste quadro.

## 2.3 Programas de Governo sob a responsabilidade da UJ

### 2.3.1 Execução Física das Ações realizadas pela UJ

Quadro A.2.2 - Execução Física das Ações realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo da Ação	Prioridade	Unidade de Medida	Meta prevista	Meta realizada	Meta a ser realizada em 2012
12	363	1062	1H10	Projeto	3	Unidade	7	7	10
12	363	1062	2992	Atividade	4	Unidade	1.320	1.469	-
12	363	1062	6301	Atividade	4	Unidade	7.000	-	-
12	363	1062	6358	Atividade	4	Unidade	150	52	-
12	363	1062	8650	Atividade	3	Unidade	8	8	-
09	272	0089	0181	Operações Especiais	4	-	-	-	-
12	301	0750	2004	Atividade	4	Unidade	50	384	-
12	365	0750	2010	Atividade	4	Unidade	15	74	-
12	331	0750	2011	Atividade	4	Unidade	50	75	-
12	306	0750	2012	Atividade	4	Unidade	50	351	-
12	301	0750	20CW	Atividade	4	Unidade	50	-	-
12	122	1062	09HB	Operações Especiais	4	-	-	-	-
12	363	1062	2319	Atividade	4	Unidade	1.500	-	3.600
12	363	1062	2994	Atividade	4	Unidade	75	129	-
12	128	1067	4572	Atividade	4	Unidade	100	-	100
12	128	1448	6333	Atividade	4	Unidade	400	-	30
12	363	1062	6364	Atividade	4	Unidade	14	4	-
12	128	1061	8429	Atividade	4	Unidade	450	-	-

Fonte: SIMEC; Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias – Anexo I – Prioridades e Metas; Orçamentos da União – Exercício Financeiro 2010 – Vol. V

#### Análise Crítica:

1. Ações com metas alcançadas dentro do exercício: **12.363.1062.1H10 – Expansão da Rede federal de Educação Profissional e Tecnológica e 12.363.1062.8650 – Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.**

2. Ações que superaram as metas programadas: dentro do Programa 0750, as ações **12.301.0750.2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes, 12.365.0750.2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados, 12.331.0750.2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados e, 12.306.0750.2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.** Estas ações correspondem aos benefícios devidos aos servidores e empregados, e o seu comportamento reflete a evolução do quadro de servidores, com suas consequências diretas na folha de pagamento. Também, a ação **12.363.1062.2992 – Funcionamento da Educação Profissional** apresentou variação positiva, tendo em vista a capacidade que o Instituto demonstrou acertadamente ao oferecer uma quantidade maior de vagas aos cursos iniciados no exercício de 2011, quando seis novos *campi* entraram em funcionamento, a saber: Campo grande, Aquidauana,

Corumbá, Coxim, Ponta Porã e Três Lagoas. Soma-se a este grupo o *Campus* Nova Andradina, cujas atividades iniciaram-se em 2010.

3. Ações cujas metas não foram alcançadas: **12.363.1062.6301- Acervo Bibliográfico para as Instituições da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, 12.363.1062.6358 – Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional, 12.301.0750.20CW – Assistência Médica aos Servidores e Empregados-Exame Periódico, 12.363.1062.2319 – Prestação de Serviços à Comunidade, 12.363.1062.2994 – Assistência ao Educando da Educação Profissional, 12.128.1067.4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação, 12.128.1448.6333 – Apoio à capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores e Profissionais de Educação Básica, 12.363.1062.6364 – Veículos e transporte Escolar para as Instituições Federais de Educação Profissional e 12.128.1061.8429 – Formação Inicial e Continuada a Distância.**

A contingência imposta por meio do Decreto nº 7446, de 1º.03.2011, afetou sobremaneira a execução das ações acima, restringindo ou atrasando seu início com reflexo negativo nos resultados finais, em que pese o esforço do IFMS para a realização das mesmas.

Entendemos que as restrições possam ser medidas de economia, mas que as mesmas isentem as unidades em implantação, como é o caso do Instituto.

Também, fomos afetados pela não liberação da Cota Limite Orçamentária para a emissão de Empenhos, refletindo na não utilização de crédito orçamentário ao final do exercício, ocasionando dessa forma o impedimento da execução das ações relacionadas.

4. As ações **09.272.0089.0181 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões a Servidores Civis e 12.122.1062.09HB – Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais** não levam em consideração metas a atingir.

5. A mudança de nomenclaturas do PPA 2011-2015 (em vigor a partir de 2012) prejudica o cotejamento das ações que encerram o PPA 2008-2011, daí a dificuldade de projetar a execução para o exercício de 2012.

## 2.4 Desempenho Orçamentário/Financeiro

Este grupo de demonstrativos está estruturado em três partes distintas e complementares, quais sejam: Programação Orçamentária da Despesa; Execução Orçamentária da Despesa e Indicadores Institucionais.

### 2.4.1 Programação Orçamentária da Despesa

Quadro A.2.3 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação das Unidades Orçamentárias	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul	26415	158132



## 2.4.1.1 Programação de Despesas Correntes

Quadro A.2.4 - Programação de Despesas Correntes

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesas Correntes						
		1 – Pessoal e Encargos Sociais		2 – Juros e Encargos da Dívida		3 - Outras Despesas Correntes		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		---	---	---	---	---	---
	PLOA		---	---	---	---	---	---
	LOA		715.400,00	119.600,00	---	---	2.079.632,00	2.252.614,00
CRÉDITOS	Suplementares		14.161.591,00	506.000,00	---	---	---	345.128,00
	Especiais	Abertos	---	---	---	---	238,00	---
		Reabertos	---	---	---	---	---	---
	Extraordinários	Abertos	---	---	---	---	---	---
		Reabertos	---	---	---	---	---	---
	Créditos Cancelados		---	---	---	---	---	---
Outras Operações		---	---	---	---	---	---	
Total		14.876.991,00	625.600,00	---	---	9.989.245,00	2.597.742,00	

Fonte: SIAFI

## 2.4.1.2 Programação de Despesas de Capital

Quadro A.2.5 - Programação de Despesas de Capital

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Grupos de Despesa de Capital						
		4 – Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Amortização da Dívida		
		Exercícios		Exercícios		Exercícios		
		2011	2010	2011	2010	2011	2010	
LOA	Dotação proposta pela UO		---	---	---	---	---	---
	PLOA		---	---	---	---	---	---
	LOA		21.353.563,00	33.128.796,00	---	---	---	---
CRÉDITOS	Suplementares		6.073.765,00	---	---	---	---	---
	Especiais	Abertos	---	---	---	---	---	---
		Reabertos	---	---	---	---	---	---
	Extraordinários	Abertos	---	---	---	---	---	---
		Reabertos	---	---	---	---	---	---
	Créditos Cancelados		750.000,00	---	---	---	---	---
Outras Operações		---	---	---	---	---	---	
Total		26.677.328,00	33.128.796,00	---	---	---	---	

Fonte: SIAFI

## 2.4.1.3 Quadro Resumo da Programação de Despesas

Quadro A.2.6 - Quadro Resumo da Programação de Despesas e da Reserva de Contingência

Valores em R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes		Despesas de Capital		9 – Reserva de Contingência	
		Exercícios		Exercícios		Exercícios	
		2011	2010	2011	2010	2011	2010
LOA	Dotação proposta pela UO	---	---	---	---	---	---
	PLOA	---	---	---	---	---	---
	LOA	13.460.995,00	2.372.214,00	21.353.563,00	33.128.796,00	---	---
CRÉDITOS	Suplementares		15.495.241,00	851.128,00	6.073.765,00	---	---
	Especiais	Abertos	---	---	---	---	---
		Reabertos	---	---	---	---	---
	Extraordinários	Abertos	---	---	---	---	---
		Reabertos	---	---	---	---	---
	Créditos Cancelados		4.090.000,00	---	750.000,00	---	---
Outras Operações		---	---	---	---	---	
Total		24.866.236,00	3.223.342,00	26.677.328,00	33.128.796,00	---	---

Fonte: SIAFI

## 2.4.1.4 Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Quadro A.2.7 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Valores em R\$ 1,00

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	158449	2610112122106722720001	---	---	3.353,67
	Concedidos	158452	2610112363106263800001	---	---	12.776,80
	Concedidos	158449	2641512128106745720054	---	---	31.089,34
	Concedidos	158449	2641512363106229920054	---	---	510.928,13
	Concedidos	158452	2641512363106229920054	---	---	1.164.519,53
	Concedidos	158449	2641512363106263580054	---	---	265,50
Movimentação Externa	Recebidos	150014	2610112122106722720001	---	---	7.404,04
	Recebidos	150014	2610112301075020040053	---	---	12.720,82
	Recebidos	150014	2610112306075020120053	---	---	149.383,67
	Recebidos	150016	2610112363106263800001	---	---	35.033,80
	Recebidos	150014	2610112365075020100053	---	---	769,60
	Recebidos	154045	2627612364107340090051	---	---	797,36
	Recebidos	154054	2628312364107340090054	---	---	5.840,54

Natureza da Movimentação de Crédito		UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas de Capital		
				4 - Investimentos	5 - Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos	158452	12363106263640054	788.900,00	---	---
	Concedidos	158449	12363106286500054	689.396,85	---	---
	Concedidos	158452	12363106286500054	668.925,72	---	---
Movimentação Externa	Recebidos	150016	261011236310621H100001	348.895,67	---	---
	Recebidos	150016	2610112363106263580001	22.530,00	---	---
	Recebidos	150016	2610112363106263800001	3.552.213,00	---	---
	Recebidos	153173	2629812363106282520001	477.103,27	---	---

Fonte: SIAFI

### Análise dos quadros A.2.3 a A.2.7

Dentre os quadros que compõem o primeiro bloco para análise, destacamos a evolução significativa dos gastos com Pessoal e Encargos e Benefícios aos Servidores dada a entrada autorizada de novos integrantes ao quadro efetivo, quando comparado ao exercício anterior, algo em torno de 2.280,36%.

Também tem sua evolução positiva ainda que mais modesta as despesas classificadas como Outras Despesas Correntes representando o caminho seguro do crescimento das atividades do Instituto, com a implantação dos cursos em todas as unidades acadêmicas, consolidando a abertura dos *Campi* Campo Grande, Aquidauana, Corumbá, Coxim, Ponta Porã e Três Lagoas. No exercício anterior, já estava em atividade o *Campus* Nova Andradina. Com exceção do *Campus* Nova Andradina, todos os demais ocupam espaço provisório aguardando a conclusão das obras, para a transferência definitiva.

Neste momento, o investimento com as Obras e Instalações ainda sobressai das demais despesas, em virtude de o Instituto Federal de Mato Grosso do Sul ser membro do grupo dos Institutos que foram criados junto com a Lei 11.892/2008. A aplicação de contingência neste grupo de despesas atrasa a implantação com consequências graves para a clientela que aguarda a abertura das futuras instalações, com maior comodidade e segurança para o bom desenvolvimento das atividades acadêmicas. O investimento continua significativo em relação ao exercício anterior, ainda que com valores menores.

Pela estrutura atual do Instituto, com a concentração da execução orçamentária e financeira dentro da Reitoria (UG 158132), no exercício de 2011 ocorreu movimentação orçamentária para as Unidades descentralizadas (UG 158449 – *Campus* Campo Grande e UG 158452 - *Campus* Nova Andradina), com valores para assegurar despesas com a manutenção dessas unidades e despesas com as obras em desenvolvimento. As demais Unidades foram atendidas com a execução orçamentária e financeira acontecendo dentro da Reitoria.

### 2.4.2 Execução Orçamentária da Despesa

## 2.4.2.1 Execução Orçamentária de Créditos originários da UJ

## 2.4.2.1.1 Despesas por Modalidade de Contratação

Quadro A.2.8 - Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Modalidade de Licitação	3.355.472,30	17.104.930,22	3.349.592,30	16.201.981,57
Convite	---	---	---	---
Tomada de Preços	---	---	---	---
Concorrência	1.681.144,23	16.128.826,47	1.681.144,23	15.230.116,24
Pregão	1.674.328,07	976.103,75	1.668.448,07	971.865,33
Concurso	---	---	---	---
Consulta	---	---	---	---
Registro de Preços				
Contratações Diretas	657.703,78	370.052,95	633.743,56	370.052,95
Dispensa	624.303,50	358.129,86	600.343,28	358.129,86
Inexigibilidade	33.400,28	11.923,09	33.400,28	11.923,09
Regime de Execução Especial	61.062,74	27.239,52	61.062,74	27.239,52
Suprimento de Fundos	61.062,74	27.239,52	61.062,74	27.239,52
Pagamento de Pessoal	16.119.219,97	391.176,74	16.119.219,97	391.176,74
Pagamento em Folha	15.850.356,54	198.045,39	15.850.356,54	198.045,39
Diárias	268.863,43	193.131,35	268.863,43	193.131,35
Outros	1.281.003,82	109.747,38	1.271.121,74	109.259,82
Totais	21.474.462,61	18.003.146,81	21.434.740,31	17.099.710,60

Fonte: SIAFI

## 2.4.2.1.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.9 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	14.201.180,76	198.045,39	14.201.180,76	198.045,39	-	-	14.201.180,76	198.045,39
(2011) Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil; (2010) Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	11.688.336,67	176.049,79	11.688.336,67	176.049,79	-	-	11.688.336,67	176.049,79

(2011) Obrigações Patronais; (2010) Obrigações Patronais	2.330.643,50	21.995,60	2.330.643,50	21.995,60	-	-	2.330.643,50	21.995,60
(2011) Contratacao por Tempo Determinado	172.321,46	-	172.321,46	-	-	-	172.321,46	-
Demais elementos do grupo	9.879,13	-	9.879,13	-	-	-	9.879,13	-
2 – Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome 1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome 2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Nome 3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes	8.960.495,62	1.718.629,49	5.242.414,61	1.202.019,98	3.718.081,01	516.609,51	5.205.263,51	1.197.294,00
(2011) Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica; (2010) Locação de Mão De Obra	3.922.496,02	608.678,64	895.365,39	404.759,29	3.027.130,63	203.919,35	858.214,29	404.759,29
(2011) Locação de Mão-de-Obra; (2010) Outros Serviços de Terceiros Pj - Op.Int.Orc.	1.743.915,30	515.237,27	1.313.742,28	323.534,81	430.173,02	191.702,46	1.313.742,28	319.296,39
(2011) Auxílio-Alimentação; (2010)	1.064.509,91	207.322,85	1.064.509,91	130.153,82	-	77.169,03	1.064.509,91	130.153,82
Demais elementos do grupo	2.229.574,39	387.390,73	1.968.797,03	343.572,06	260.777,36	43.818,67	1.968.797,03	343.084,50
Totais	23.161.676,38	1.916.674,88	19.443.595,37	1.400.065,37	3.718.081,01	516.609,51	19.406.444,27	1.395.339,39

Fonte: SIAFI

## 2.4.2.1.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

Quadro A.2.10 - Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos Créditos originários da UJ

Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada-		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 – Investimentos	22.275.017,71	32.945.672,44	2.051.108,45	16.603.081,44	20.223.909,26	16.342.591,00	2.045.228,45	15.704.371,21
Obras e instalações - op.int. orc.	20.738.774,23	31.200.459,51	1.874.446,08	16.128.826,47	18.864.328,15	15.071.633,04	1.874.446,08	15.230.116,24
Equip.e material permanente - op.intra-orc.	1.532.886,48	1.745.212,93	176.662,37	474.254,97	1.356.224,11	1.270.957,96	170.782,37	474.254,97
Locacao de mão-de-obra	3.357,00	-	-	-	3.357,00	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 – Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 – Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Totais</b>	<b>22.275.017,71</b>	<b>32.945.672,44</b>	<b>2.051.108,45</b>	<b>16.603.081,44</b>	<b>20.223.909,26</b>	<b>16.342.591,00</b>	<b>2.045.228,45</b>	<b>15.704.371,21</b>

Fonte: SIAFI

## Análise dos Quadros A.2.8. a A.2.10.

Os quadros na sequência de 8 a 10 apresentam como as despesas foram contratadas ao longo do exercício de 2011, ressaltando aquelas resultantes das concorrências como no ano anterior, consequência ainda da continuidade das obras, com exceção das despesas efetuadas com o pagamento de Pessoal.

## 2.4.2.2 Execução Orçamentária de Créditos Recebidos pela UJ por Movimentação

## 2.4.2.2.1 Despesas por Modalidade de Contratação dos créditos recebidos por Movimentação

Quadro A.2.11 - Despesas por Modalidade de Contratação dos Créditos recebidos por Movimentação

Valores em R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2011	2010	2011	2010
Licitação	--	206.211,04	--	201.803,35
Convite	--	--	--	--
Tomada de Preços	--	--	--	--
Concorrência	--	--	--	--
Pregão	--	206.211,04	--	201.803,35
Concurso	--	--	--	--
Consulta	--	--	--	--
Contratações Diretas	15.888,80	--	15.888,80	--
Dispensa	3.308,80	--	3.308,80	--
Inexigibilidade	12.580,00	--	12.580,00	--
Regime de Execução Especial	--	--	--	--
Suprimento de Fundos	--	--	--	--
Pagamento de Pessoal	2.328,81	3.569.521,08	2.328,81	3.569.521,08
Pagamento em Folha	--	3.557.092,56	--	3.557.092,56
Diárias	2.328,81	12.428,52	2.328,81	12.428,52
Outras	3.872,18	148.780,83	3.872,18	129.083,40
Totais	22.089,79	3.924.512,95	22.089,79	3.900.407,83

Fonte: SIAFI

## 2.4.2.2.2 Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.12 - Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
Exercícios	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
1 – Despesas de Pessoal	---	3.209.969,75	---	3.209.969,75	---	---	---	3.209.969,75
(2010) Vencimentos e vantagens fixas – pessoas físicas	---	2.653.869,89	---	2.653.869,89	---	---	---	2.653.869,89
(2010) Obrigações Patronais	---	500.543,18	---	500.543,18	---	---	---	500.543,18
(2010) Contratação por tempo determinado	---	55.556,68	---	55.556,68	---	---	---	55.556,68
Demais elementos do grupo	---	---	---	---	---	---	---	---
2 – Juros e Encargos da Dívida	---	---	---	---	---	---	---	---
1º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
2º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
3º elemento de despesa	---	---	---	---	---	---	---	---
Demais elementos do grupo	---	---	---	---	---	---	---	---
3- Outras Despesas Correntes	42.865,44	1.066.660,16	24.865,44	714.543,20	18.000,00	476.657,14	24.865,44	565.897,80
(2011) Auxílio Financeiro A Estudantes; (2010) Locação de Mão de Obra	18.000,00	550.000,00	---	201.803,35	18.000,00	348.196,65	---	201.803,25
(2011) Outros Serviços De Terceiros-Pessoa Jurídica; (2010) Auxílio Alimentação	15.888,80	240.124,70	15.888,80	240.124,70	---	---	15.888,80	240.124,70
(2011) Outros Serviços De Terceiros - Pessoa Física; (2010) Auxílio Transporte	6.637,90	120.049,54	6.637,90	120.049,54	---	---	6.637,90	120.049,54
Demais elementos do grupo	2.338,74	156.485,92	2.338,74	152.565,61	---	128.460,49	2.338,74	3.920,31
Totais	42.865,44	4.276.629,91	24.865,44	3.924.512,95	18.000,00	476.657,14	24.865,44	3.775.867,55

Fonte: SIAFI



### 2.4.2.2.3 Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa dos créditos recebidos por movimentação

Quadro A.2.13 - Despesas de capital por grupo e elemento de despesa dos créditos recebidos por movimentação  
Valores em R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
4 - Investimentos	4.400.741,94	2.760.560,80			4.400.741,94	2.760.560,80		
(2011)Obras e instalações - op.Int.Orc.; (2010) Equip.E material permanente - op.Intra-orc.	3.500.000,00	1.760.560,80	-	-	3.500.000,00	1.760.560,80	-	-
(2011) Equip.E material permanente - op.Intra-orc.; (2010) Obras e instalações - op.Int.Orc.	900.741,94	1.000.000,00	-	-	900.741,94	1.000.000,00	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
5 - Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
Totais	4.400.741,94	-	-	-	4.400.741,94	2.760.560,80	-	-

Fonte: SIAFI

Análise dos Quadros A.2.11. a A.2.13.

As transferências orçamentárias oriundas de UJ externas são apresentadas nos quadros de 11 a 13, e que vieram reforçar o Orçamento do Instituto para possibilitar a abertura de novas ações com o fim de consolidar a implantação do Instituto Federal em Mato Grosso do Sul. Com exceção dos valores transferidos à conta das despesas com investimentos, ressalta-se que os valores em 2011 são bem menores dos executados no exercício anterior, em virtude de que muitos daqueles transferidos anteriormente

passaram a compor o Orçamento do IFMS, apresentando-se já na LOA.

### 3. Restos a pagar

#### 3.1 Pagamentos e cancelamentos de Restos a Pagar de exercícios anteriores

Quadro A.4.1 - situação dos restos a pagar de exercícios anteriores

Valores em R\$ 1,00

<b>Restos a Pagar Processados</b>				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	927.541,33	----	927.541,33	---
2009	---	----	---	---
---	---	----	----	---
<b>Restos a Pagar não Processados</b>				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos acumulados	Pagamentos acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2011
2010	19.971.878,27	220.910,91	14.111.206,36	5.639.761,00
2009	1.324.916,72	183.516,54	1.124.450,18	16.950,00
---	---	---	---	---

Fonte: SIAFI

#### Análise do Quadro A.4.1

No exercício de 2011, feitas as análises das inscrições de Restos a Pagar, foram mantidas aquelas cujos empenhos de fato não puderam ser cumpridos no período fiscal.

### 4. Informação sobre a composição de recursos humanos

#### 4.1 Composição do quadro de servidores ativos

##### 4.1.1..Demonstração da força de trabalho à disposição da UJ

Quadro A.5.1 – Força de Trabalho da UJ – Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1 Servidores em cargos efetivos (1.1 + 1.2)	345	347	246	21
1.1 Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0
1.2 Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	345	347	246	21
1.2.1 Servidor de carreira vinculada ao órgão	345	345	245	20
1.2.2 Servidor de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
1.2.3 Servidor de carreira em exercício provisório	Não há	2	1	1
1.2.4 Servidor requisitado de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários	7	7	5	5
3. Total de Servidores (1+2)	352	354	251	26

Fonte: Planilhas de Controle e Portarias

#### 4.1.2 Situações que reduzem a força de trabalho efetiva da UJ

Quadro A.5.2 - Situações que reduzem a Força de Trabalho da UJ – Situação em 31/12/2011

Tipologias dos Afastamentos	Quantidade de pessoas na situação em 31 /12
1. Cedidos (1.1+1.2+1.3)	1
1.1. Exercício de Cargo em Comissão	1
1.2. Exercício de Função de Confiança	0
1.3. Outras situações previstas em leis específicas (especificar as leis)	0
2. Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	0
2.1. Para Exercício de Mandato Eletivo	0
2.2. Para Estudo ou Missão no Exterior	0
2.3. Para Serviço em Organismo Internacional	0
2.4. Para Participação em Programa de Pós-Graduação <i>Stricto Sensu</i> no País	0
3. Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
3.1. De ofício, no interesse da Administração	0
3.2. A pedido, a critério da Administração	0
3.3. A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
3.4. A pedido, independentemente do interesse da Administração, por motivo de saúde	0
3.5. A pedido, independentemente do interesse da Administração, por processo seletivo	0
4. Licença remunerada (4.1+4.2)	0
4.1. Doença em pessoa da família	0
4.2. Capacitação	0
5. Licença não remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	0
5.1. Afastamento do cônjuge ou companheiro	0
5.2. Serviço militar	0
5.3. Atividade política	0
5.4. Interesses particulares	0
5.5. Mandato classista	0
6. Outras situações (Especificar o ato normativo)	0
7. Total de servidores afastados em 31 de dezembro (1+2+3+4+5+6)	1

Fonte: SIAPE, Portarias de Redistribuição do MEC.

#### 4.1.3 Quantificação dos cargos em comissão e das funções gratificadas da UJ

Quadro A.5.3 – Detalhamento da estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas da UJ (Situação em 31/12/2011)

Tipologias do Cargo em comissão e das funções gratificadas	Lotação		Ingressos no exercício	Egressos no exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em comissão	0	30	15	2
1.1. Cargos Natureza Especial	0	0	0	0
1.2. Grupo Direção e Assessoramento superior	Não há	11	2	2
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	17	13	0
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	Não há	1	0	0
1.2.3. Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
1.2.4. Sem vínculo	Não há	1	0	0

1.2.5.	Aposentados	0	0	0	0
2.	Funções gratificadas	0	50	48	0
2.1.	Servidores de carreira vinculada ao órgão	Não há	50	48	0
2.2.	Servidores de carreira em exercício descentralizado	0	0	0	0
2.3.	Servidores de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
3.	Total de servidores em Cargo e em Função (1+2)	0	80	63	2

Fonte: Planilhas de Controle e Portarias

#### 4.1.4 Quantificação do quadro de pessoal da UJ segundo a idade

Quadro A.5.4 – Quantidade de Servidores da UJ por Faixa Etária - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
1. Provimento de cargo efetivo	155	90	35	5	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	149	90	34	5	0
1.3. Servidores com Contratos Temporários	6	0	1	0	0
2. Provimento de Cargo em Comissão	26	32	15	4	0
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	9	8	6	4	0
2.3. Funções Gratificadas	17	24	9	0	0
3. Totais (1+2)	181	122	50	9	0

Fonte: Planilhas de Controle e SIAPE

#### 4.1.5 Quantificação do quadro de pessoal da UJ segundo a escolaridade

Quadro A.5.5 – Quantidade de servidores da UJ por nível de escolaridade - Situação apurada em 31/12/2011

Tipologias do Cargo	Quantidade de pessoas por nível de escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	0	0	1	42	81	76	75	11
1.1. Membros de Poder e Agentes Políticos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
1.2. Servidores de Carreira	0	0	0	1	42	78	74	73	11
1.3. Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	3	2	2	0
2. Provimento de cargo em comissão	0	0	0	0	3	14	26	33	6
2.1. Cargos de Natureza Especial	0	0	0	0	0	0	0	0	0
2.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	1	3	13	12	3
2.3. Funções Gratificadas	0	0	0	0	2	11	13	21	3
3. Totais (1+2)	0	0	0	1	45	95	102	108	17

Fonte: Planilhas de Controle e SIAPE

Legenda:

Nível de Escolaridade

1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau;

5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.

## 4.2 Demonstração dos custos de pessoal da UJ

Quadro A.5.9 - Quadro de custos de pessoal no exercício de referência e nos dois anteriores

Valores em R\$ 1,00

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e vantagens fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total	
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e previdenciários	Demais despesas variáveis				
Membros de poder e agentes políticos											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores de Carreira que não ocupam Cargo de Provimento em Comissão											
Exercícios	2011	9.030.662,02	0	792.950,41	132.825,81	1.429.427,49	249.443,47	2.541,85	0	0	11.637.851,05
	2010	2.029.565,46	0	268.901,47	9.823,73	431.859,74	35.658,57	0	0	0	2.775.808,97
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores com Contratos Temporários											
Exercícios	2011	130.769,54	0	11.234,23	1.886,48	34.618,38	0	0	0	0	178.508,63
	2010	40.957,81	0	5.415,28	5.043,36	10.035,87	0	0	0	0	61.452,32
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença											
Exercícios	2011	33.148,44	0	14.862,10	2.097,35	3.648,00	0	0	0	0	53.755,89
	2010	20.276,70	0	1.748,10	0	2.195,63	0	0	0	0	24.220,43
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de Cargos de Natureza Especial											
Exercícios	2011	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2010	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior											
Exercícios	2011	220.170,02	917.541,84	128.017,25	46.564,08	150.522,55	13.795,00	1.916,81	0	0	1.478.527,55
	2010	54.664,91	417.614,56	52.139,43	18.541,82	125.391,53	2.129,00	0	0	0	670.481,25
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Servidores ocupantes de Funções Gratificadas											
Exercícios	2011	248.430,87	55.744,19	50.490,42	27.003,11	36.873,36	6.533,40	0	0	0	425.075,35
	2010	28.493,94	9.651,72	4.403,80	0	5.539,82	0	0	0	0	48.089,28
	2009	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Fonte: SIAPE

### 4.3 Terceirização de mão de obra empregada pela UJ

#### 4.3.1 Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Quadro A.5.12 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS													
UG/Gestão: 158132 / 26415							CNPJ: 10.673.078/0001-20						
Informações sobre os contratos													
Ano do contrato	Área	Nat.	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	V	O	15/2009	04.731.108/0001-05	13/10/09	12/10/10	-	-	8	10	-	-	P
2009	L	O	23/2009	09.016.469/0001-93	25/01/10	24/01/13	7	7	-	-	-	-	P
2010	L	O	05/2010	09.016.469/0001-93	01/07/10	01/07/12	65	30	-	-	-	-	P
2011	V	O	03/2011	10.398.803/0001-08	16/05/11	15/05/12	-	-	44	44	-	-	A

Fonte: COADS

#### Legenda

Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

#### 4.3.2 Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Quadro A.5.13 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Unidade Contratante													
Nome: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS													
UG/Gestão: 158132							CNPJ: 10.673.078/0001-20						
Informações sobre os Contratos													
Ano do contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	CNPJ da Empresa Contratada	Período contratual de execução das atividades contratadas		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2009	1	O	23/2009	09.016.469/0001-93	25/01/2010	24/01/2013	9	9	-	-	-	-	P
2009	6	O	23/2009	09.016.469/0001-93	25/01/2010	24/01/2013	1	1	-	-	-	-	P
2009	7	O	23/2009	09.016.469/0001-93	25/01/2010	24/01/2013	-	-	1	2	-	-	P
2009	11	O	23/2009	09.016.469/0001-93	25/01/2010	24/01/2013	1	1	-	-	-	-	P
2009	14	O	23/2009	09.016.469/0001-93	25/01/2010	24/01/2013	19	6	3	3	-	-	P
2010	7	O	04/2010	84.965.706/0001-88	02/08/2010	02/08/2012	-	-	34	9	-	-	P
2010	1	O	05/2010	09.016.469/0001-93	01/07/2010	30/06/2012	65	22	-	-	-	-	P

2010	6	O	05/2010	09.016.469/0001-93	01/07/2010	30/06/2012	10	3	-	-	-	-	P
2010	11	O	05/2010	09.016.469/0001-93	01/07/2010	30/06/2012	15	5	-	-	-	-	P
2010	14	O	05/2010	09.016.469/0001-93	01/07/2010	30/06/2012	1	0	7	0	-	-	P

Fonte: COADS

### Legenda

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

### Área:

- |                           |  |
|---------------------------|--|
| 1. Conservação e Limpeza; | 8. Reprografia;                                  |
| 2. Segurança;             | 9. Telecomunicações;                             |
| 3. Vigilância;            | 10. Manutenção de Bens móveis;                   |
| 4. Transportes;           | 11. Manutenção de Bens imóveis;                  |
| 5. Informática;           | 12. Brigadistas;                                 |
| 6. Copeiragem;            | 13. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes; |
| 7. Recepção;              | 14. Outras.                                      |

## 5.1 Declaração de atualização de dados no SIASG e SICONV

Quadro A.7.1 – Declaração de Inserção e Atualização de Dados no SIASG e SCONV

### DECLARAÇÃO

Eu, Marcus Aurélius Stier Serpe, CPF nº 316.810.859-68, Reitor, exercido no IFMS, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2011 por esta Unidade ainda não estão disponíveis(\*) e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Campo Grande, MS, 30 de março de 2012.

Marcus Aurélius Stier Serpe  
CPF: 316.810.859-68  
Reitor - IFMS

(\*) No exercício de 2011 o IFMS ainda encontrava-se em fase de instalação e consolidação, valendo destacar que as atividades administrativas foram desenvolvidas com reduzido número de servidores, ainda carentes de treinamento/capacitação, para o cumprimento de todas as metas e responsabilidades exigidas pelos órgãos de controle. Dessa forma, um dos pontos que não puderam ser implantados foi a disponibilização das informações dos contratos dentro do SICON, módulo do SIASG, estando já previsto para iniciarmos no exercício de 2012, logo após tenhamos treinado servidores para a aplicação e o desenvolvimento desses procedimentos.

## 6.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela lei 8.730/93

### 6.1.1 Demonstrativo do cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da Obrigação de entregar a DBR

Quadro A.8.1 – Demonstrativo do cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, da obrigação de entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções obrigados a entregar a DBR	Situação em relação às exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do exercício de Função ou Cargo	Final do exercício da Função ou Cargo	Final do exercício financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR	---	---	---
	Entregaram a DBR	---	---	---
	Não cumpriram a obrigação	---	---	---
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR	---	---	---
	Entregaram a DBR	---	---	---
	Não cumpriram a obrigação	---	---	---
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	71	1	80
	Entregaram a DBR	71	1	80
	Não cumpriram a obrigação	0	---	0

Fonte: COGEP

## 7.1 Estrutura de Controles Internos da UJ

Quadro A.9.1 – Estrutura de Controles Internos da UJ

Aspectos do Sistema de Controle Interno	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Ambiente de Controle</b>					
1. Os altos dirigentes da UJ percebem os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.	-	-	-	-	X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.	-	-	-	X	-
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.	-	-	X	-	-
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.	-	-	X	-	-
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.	-	-	X	-	-
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.	-	X	-	-	-
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.	-	X	-	-	-
8. Existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.	-	X	-	-	-
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.	-	-	X	-	-
<b>Avaliação de Risco</b>	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.	-	-	-	X	-
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.	-	-	X	-	-



Aspectos do Sistema de Controle Interno	Avaliação				
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	-	X	-	-	-
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	-	X	-	-	-
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ, ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	-	X	-	-	-
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	-	X	-	-	-
16. Existe histórico de fraudes e perdas decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.	-	-	X	-	-
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.	-	-	-	-	X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.	-	X	-	-	-
<b>Procedimentos de Controle</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.	-	X	-	-	-
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.	-	-	X	-	-
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.	-	-	-	X	-
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.	-	X	-	-	-
<b>Informação e Comunicação</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
23. A informação relevante para a UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.	-	-	-	X	-
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.	-	-	-	X	-
25. A informação disponível à UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.	-	-	-	X	-
26. A informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.	-	-	-	X	-
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.	-	-	-	X	-
<b>Monitoramento</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.	-	X	-	-	-
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.	-	X	-	-	-
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.	-	X	-	-	-
Considerações Gerais: para a avaliação da estrutura do Controle Interno foram ouvidos os Pró-Reitores, considerando a atuação e os procedimentos da Auditoria Interna do IFMS					

Níveis de Avaliação:

**(1) Totalmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ.

**(2) Parcialmente inválida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria.

**(3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.

**(4) Parcialmente válida:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria.

**(5) Totalmente válido:** Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.

## 8.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Quadro A.10.1 Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a Gestão Ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levam em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	-	-	X	-	-
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	-	-	X	-	-
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	-	-	X	-	-
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	-	X	-	-	-
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?	-	-	X	-	-
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	-	X	-	-	-
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	-	X	-	-	-
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?	-	X	-	-	-
9. Para a aquisição de bens/produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens/produtos.	-	-	-	X	-
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.	-	-	-	X	-
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	-	-	-	X	-
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	-	-	-	X	-
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	-	X	-	-	-

Considerando que as licitações sustentáveis correspondem a uma forma de inserção de critérios ambientais e sociais nas compras e contratações realizadas pela Administração Pública, visando à maximização do valor adicionado (utilidade, prazer, satisfação do usuário, satisfação das necessidades, contribuição para operações eficientes) e, ao mesmo tempo, a minimização dos impactos ambientais e sociais adversos e, tendo em vista o elevado poder de compra do Estado, a priorização de bens e serviços considerados ambientalmente sustentáveis ensejará a inovação das formas de produção por parte dos fornecedores, reduzindo os impactos ambientais oriundos da cadeia produtiva.

O IFMS sabe da importância de adotar essas práticas, por isso, ao longo desse ano, faremos o possível para nos capacitarmos a fim de atendermos a esses critérios ambientais em nossas licitações.

O ano de 2011 foi muito importante para o IFMS, pois marcou o início da consolidação da instituição perante a sociedade, com a entrada em funcionamento de todos os *campi*, o que gerou um aumento muito elevado na demanda por licitações, e, sempre que possível, foram usados critérios de preservação ambiental, como, por exemplo, nas obras de fechamento dos *campi* em construção, e também na preferência de aquisição de produtos biodegradáveis.

O IFMS entende que a adoção de critérios ambientais nas compras e contratações realizadas pelo Poder Público constitui um processo de melhoramento contínuo e, tendo em vista o considerável poder de compra do Estado, este terá grande importância na prevenção de impactos negativos ao meio ambiente e na conservação racional dos recursos naturais.

Dessa forma, almejamos que em 2012 possamos atender plenamente aos critérios de sustentabilidade em nossas futuras aquisições.

## 9.1 Gestão de Bens Imóveis de Uso Especial

### 9.1.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial de Propriedade da União

Com os quadros a seguir estaremos demonstrando espacialmente a distribuição dos imóveis utilizados pelo Instituto e que fazem parte do patrimônio da União ou que estão locados temporariamente para possibilitar o desenvolvimento das atividades inerentes à Instituição.

Quadro A.11.1 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial de Propriedade da União

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de imóveis de propriedade da União de responsabilidade da UJ	
		Exercício 2010	Exercício 2011
BRASIL	UF – MS	8	8
	Campo Grande	2	2
	Aquidauana	1	1
	Corumbá	1	1
	Coxim	1	1
	Nova Andradina	1	1
	Ponta Porã	1	1
	Três Lagoas	1	1
<b>Total (Brasil)</b>		<b>8</b>	<b>8</b>

Fonte: PROAD

## 9.1.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de uso Especial Locados de Terceiros

Quadro A.11.2 – Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		Quantidade de imóveis locados de terceiros pela UJ	
		Exercício 2010	Exercício 2011
BRASIL	UF – MS	2	4
	Campo Grande	2	3
	Aquidauana	0	0
	Corumbá	0	0
	Coxim	0	0
	Nova Andradina	0	0
	Ponta Porã	0	0
	Três Lagoas	0	1
Total (Brasil)		2	4

Fonte: PROAD

## 9.1.3 Discriminação dos bens imóveis de propriedade da União sob responsabilidade da UJ

Quadro A.11.3 – Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União sob responsabilidade da UJ

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com manutenção no exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
158132	Reitoria	23	5	1.800.000,00	03/07/2009	2.400.000,00	-	-
158132	9065 00051.500-4	15	-	80.000,00	09/01/2012	209.000,00	-	-
158132	9165 00126.500-8	15	-	498.695,30	22/12/2011	698.173,42	-	-
158132	9131 00897.500-6	15	-	87.500,00	10/01/2012	134.750,00	-	-
158452	9123 00043.500-1	15	-	529.185,41	23/02/2012	655.900,00	-	-
158132	9063 00464.500-3	15	-	-	31/03/2011	508.410,45	-	-
158132	Campus Aquidauana	15	-	70.000,00	-	-	-	-
158449	905101022.500-9	15	-	1.181.048,86	12/03/2012	2.817.624,86	-	-
<b>Total</b>							-	-

Fonte: PROAD

Análise dos Quadros A.11.1. a A.11.13.

Para a implantação do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul, como previsto no projeto inicial que as contrapartidas municipais se dariam pela doação de áreas para a instalação das unidades escolares, essas aconteceram e estão desde 2009 recebendo as obras de edificação. Enquanto isso, de forma provisória em espaços cedidos e/ou locados, as atividades puderam dar início, aguardando os espaços em instalação para a sua ocupação definitiva.

## 10.1 Gestão de Tecnologia da Informação (TI)

Quadro A.12.1 – Gestão de TI da UJ

Quesitos a serem avaliados	Avaliação				
	1	2	3	4	5
<b>Planejamento</b>	-	-	-	-	-
1. Há planejamento institucional em vigor ou existe área que faz o planejamento da UJ como um todo.	-	-	X	-	-
2. Há Planejamento Estratégico para a área de TI em vigor.	-	-	X	-	-
3. Há comitê que decida sobre a priorização das ações e investimentos de TI para a UJ.	-	-	X	-	-
<b>Recursos Humanos de TI</b>					
4. Quantitativo de servidores e de terceirizados atuando na área de TI.	11 – Analistas de TI 04 – Técnicos de TI 00 - Terceirizados				
5. Há carreiras específicas para a área de TI no plano de cargos do Órgão/Entidade.	-	-	-	-	X
<b>Segurança da Informação</b>					
6. Existe uma área específica, com responsabilidades definidas, para lidar estrategicamente com segurança da informação.	-	X	-	-	-
7. Existe Política de Segurança da Informação (PSI) em vigor que tenha sido instituída mediante documento específico.	-	-	-	-	X
<b>Desenvolvimento e Produção de Sistemas</b>					
8. É efetuada avaliação para verificar se os recursos de TI são compatíveis com as necessidades da UJ.	-	X	-	-	-
9. O desenvolvimento de sistemas quando feito na UJ segue metodologia definida.	-	-	-	X	-
10. É efetuada a gestão de acordos de níveis de serviço das soluções de TI do Órgão/Entidade oferecidas aos seus clientes.	-	-	-	X	-
11. Nos contratos celebrados pela UJ é exigido acordo de nível de serviço.	-	-	-	X	-
<b>Contratação e Gestão de Bens e Serviços de TI</b>					
12. Nível de participação de terceirização de bens e serviços de TI em relação ao desenvolvimento interno da própria UJ.	0 %				
13. Na elaboração do projeto básico das contratações de TI são explicitados os benefícios da contratação em termos de resultado para UJ e não somente em termos de TI.	-	X	-	-	-
14. O Órgão/Entidade adota processo de trabalho formalizado ou possui área específica de gestão de contratos de bens e serviços de TI.	-	X	-	-	-
15. Há transferência de conhecimento para servidores do Órgão/Entidade referente a produtos e serviços de TI terceirizados?	-	-	X	-	-

Fonte: Assessoria de Tecnologia da Informação

Níveis de avaliação:

- (1) Totalmente inválida:** Significa que a afirmativa é integralmente NÃO aplicada ao contexto da UJ.
- (2) Parcialmente inválida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua minoria.
- (3) Neutra:** Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ.
- (4) Parcialmente válida:** Significa que a afirmativa é parcialmente aplicada ao contexto da UJ, porém, em sua maioria.
- (5) Totalmente válida:** Significa que a afirmativa é integralmente aplicada ao contexto da UJ.

## 11.1. Despesas com Cartão de Crédito Corporativo

## 11.1.1 Despesa com cartão de crédito corporativo por UG e por Portador

Quadro A.13.1 - Despesa com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00

Código da UG 1: 158132		Limite de Utilização da UG:			
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
JARBAS MAGNO MIRANDA	02788710623	8.000,00	1.035,00	5.421,87	6.456,87
JARBAS MAGNO MIRANDA	02788710623	8.000,00	390,00	4.985,98	5.375,98
DIEGO HENRIQUE PEREIRA DE VIVEIROS	02275257101	8.000,00	310	3.704,94	4.014,94
JOAO BATISTA DE MORAIS	00912510366	4.000,00	250	3.319,54	3.569,54
JOAO BATISTA DE MORAIS	00912510366	4.000,00	-	3.747,79	3.747,79
CAROLINE PAIVA AIRES	00545088194	4.000,00	-	844,67	844,67
WANDERSON ARRUDA	02162283107	4.000,00	300,00	1.559,74	1.859,74
SIMONE GOMES BRONEL	98588222191	4.000,00	60,00	3.264,67	3.324,67
JOAO OTAVIO CENEDEZI PIMENTA	00281874158	4.000,00	180,00	3.100,73	3.280,73
JOAO OTAVIO CENEDEZI PIMENTA	00281874158	8.000,00	350,00	3.199,23	3.549,23
CARMEN IZAURA MOLINA CORREA	03342909889	4.000,00	320,00	1.912,40	2.232,40
CARMEN IZAURA MOLINA CORREA	03342909889	8.000,00	265,00	3.118,07	3.383,07
RAFAEL GABRIEL	30812813855	8.000,00	660,00	3.257,53	3.917,53
RAFAEL GABRIEL	30812813855	8.000,00	94,20	2.509,74	2.603,94
KELLE CRISTINA OLARTES	85658812100	8.000,00	-	109,55	109,55
ELIZANGELA MARINES RIGOTTE	02665975998	4.000,00	635,00	2.846,47	3.481,47
Total utilizado pela UG	-	-	4.849,20	46.902,92	51.752,12
Código da UG 2: 158452		Limite de Utilização da UG:			
ODAIR SANTO GOSSLER	63661969153	8.000,00	820,00	4.282,51	5.102,51
Total utilizado pela UG	-	-	820,00	4.282,51	5.102,51
Total utilizado pela UJ	-	-	5.669,20	51.185,43	56.854,63
Código da UG 3: 158449		Limite de Utilização da UG:			
WANDERSON ARRUDA	02162283107	8.000,00	-	4.208,91	4.208,91
Total utilizado pela UG	-	-	-	4.208,91	4.208,91
Total utilizado pela UJ	-	-	5.669,20	55.394,34	61.063,54

Fonte: SIAFI

Os demonstrativos das despesas com o Cartão de crédito Corporativo estão acima discriminados, sendo o primeiro demonstrativo correspondente aos portadores dos cartões implantados pela Instituição.

### 11.1.2 Despesa com cartão de crédito corporativo(série histórica)

Quadro A.13.2 – Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00

Exercícios	Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	(a+b)
2011	43	5.669,20	63	55.393,54	61.062,74
2010	44	5.138,00	16	25.463,02	30.601,02
2009	-	-	-	-	-

Fonte: SIAFI

Análise dos Quadros A.13.1. e A.13.2.

O uso do Cartão de Crédito Corporativo foi necessário devido à implantação dos campi acontecer de forma simultânea e paulatina em suas atividades, quando as despesas de pequena monta surgem de forma inesperada e urgente. Com o passar do tempo, a consolidação das Unidades nos levará a reduzir o uso deste expediente.

## 121 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Quadro A.15.1 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul					100904
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	019.627/2010-6	4.690/2011 – TCU – 1ª Câmara		AL	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul					100904
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Que o IFMS execute suas despesas estritamente dentro dos limites orçamentários disponíveis, em obediência aos incisos II e VI do art. 167 da Constituição Federal.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PROAD					
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Os procedimentos para assegurar as despesas necessárias levam em conta a autorização orçamentária concedida em Lei (LOA) ou a estrita observância aos limites concedidos pelos créditos suplementares ocorridos através das transferências.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Não mensurado.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Não mensurado.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul					100904
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	019.627/2010-6	4.690/2011 – TCU – 1ª Câmara		AL	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul					100904
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Que o IFMS nos processos de dispensa de licitação, proceda à abertura do procedimento licitatório com as devidas justificativas previamente às aquisições.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PROAD					
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
As determinações apontadas no Acórdão estão sendo seguido a cada novo processo de dispensa gerado.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Não mensurado.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Não mensurado.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul					100904
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	019.627/2010-6	4.690/2011 – TCU – 1ª Câmara		AL	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul					100904
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Que o IFMS registre previamente a justificativa nos processos administrativos quando não for possível observar o prazo mínimo para aquisição de passagens, estabelecido na Portaria MPOG 98/2003.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PROAD					
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Essa determinação está sendo observada, notadamente após a implantação do SCDP – Sistema de Concessão de Diárias e Passagens.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Não mensurado.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Não mensurado.					



Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul					100904
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	019.627/2010-6	4.690/2011 – TCU – 1ª Câmara		AL	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul					100904
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Que o IFMS verifique e comprove formalmente no processo administrativo a vantagem para a Administração em aderir à ata de registro de preços, em cumprimento ao art. 8º do Decreto 3.931/2001.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PROAD					
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Também, a exemplo das determinações elencadas acima, esta determinação faz parte da rotina administrativa.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Não mensurado.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Não mensurado.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul					100904
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	019.627/2010-6	4.690/2011 – TCU – 1ª Câmara		AL	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul					100904
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Que o IFMS nas licitações de obras e serviços de engenharia inclua nos editais, dispositivo para que os licitantes apresentem as propostas de preços com a composição detalhada de custos e a demonstração analítica do BDI praticado, com base nas propostas orçamentárias da licitação; demonstrar analiticamente, na planilha orçamentária elaborada pela Unidade, a composição do BDI; bem como nos editais licitatórios demonstrar a metodologia de cálculo e itens que compõem o custo a fim de que os licitantes elaborem sua proposta.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PROAD					
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Os editais de obras e serviços contemplam as determinações contidas no Acórdão.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Não mensurado.					
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>					
Não mensurado.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul					100904
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	019.627/2010-6	4.690/2011 – TCU – 1ª Câmara		AL	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul					100904
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Que o IFMS proceda a identificação, nos autos dos respectivos procedimentos licitatórios de obras e serviços de engenharia, dos responsáveis pela elaboração de todos os documentos que servem de base ao procedimento, a exemplo dos responsáveis pela elaboração dos projetos básicos (ou termos de referência) e executivos, orçamentos de composição de custos, elaboração do edital, entre outros.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PROAD					
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Esta determinação tem sido seguida exemplarmente.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Não mensurado.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não mensurado.					

Unidade Jurisdicionada					
Denominação completa:					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul					100904
<b>Deliberações do TCU</b>					
<b>Deliberações expedidas pelo TCU</b>					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	019.627/2010-6	4.690/2011 – TCU – 1ª Câmara		AL	
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação					Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul					100904
<b>Descrição da Deliberação:</b>					
Que o IFMS autue processo administrativo específico, quando se tratar de aquisições por dispensa de licitação, fazendo constar expressamente nos autos os critérios de oportunidade, conveniência, interesse público e economicidade utilizados pelo gestor para a escolha do bem adquirido.					
Providências Adotadas					
Setor responsável pela implementação					Código SIORG
PROAD					
<b>Síntese da providência adotada:</b>					
Temos perseguido cumprir com eficiência a determinação do Acórdão 4960/2011 – TCU - 1ª Câmara no tocante à melhoria do processo de compras, e em especial os que se enquadrarem como dispensa de licitação.					
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>					
Não mensurado.					
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor					
Não mensurado.					

## 13.1 Recomendações do OCI atendidas no exercício

Quadro A.15.3 - Relatório de cumprimento das recomendações do OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	241369		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
Descrição da Recomendação:			
Que a unidade cumpra o disposto no parágrafo 2º do art. 7º da Lei nº 8.666/93, elaborando projetos básicos que contemplem todos os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar as obras ou os serviços a serem licitados futuramente.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PROAD			100904
Síntese da providência adotada:			
Este IFMS estará tomando as medidas necessárias para atendimento da recomendação.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não mensurado.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não mensurado.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	241486		
Órgão/Entidade Objeto da Determinação e/ou Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
Descrição da Recomendação:			
A Unidade deve se atentar, nas licitações futuras, para o estabelecimento de preços unitários máximos dos serviços nos editais com base na mediana dos custos do SINAPI.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PROAD			100904
Síntese da providência adotada:			
Este IFMS já tomou as medidas necessárias para o atendimento a recomendação.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não mensurado.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não mensurado.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	241486		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Recomenda-se à Unidade que, nas futuras licitações de obras, estabeleça em edital a composição do BDI das propostas das licitantes, proibindo aqueles expressamente vedados pelo Acórdão nº 325/2007 Plenário TCU, sob pena de desclassificação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PROAD			100904
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
No modelo de Edital de Licitação referente às obras do IFMS, a partir da recomendação da CGU, já consta cláusula exigindo a composição detalhada de custos e demonstração analítica do BDI praticado pelos licitantes, conforme legislação vigente.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Não mensurado.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não mensurado.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	241486		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Apurar os valores pagos indevidamente em virtude da inclusão de tributos indevidos no cálculo do BDI e providenciar o ressarcimento, pela contratada, do valor apurado até a última medição realizada.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Reitoria			100904
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Em atendimento a esta recomendação, a FUNTEFPR encaminhou ofício nº 18/2011, em 17/05/2011 informando que estaria descontando os valores apurados referentes ao IRPJ e CSLL, incluso no percentual do BDI. Na sequência a empresa entrou com recurso questionando a determinação de desconto, a qual foi analisada pelo setor jurídico da Fundação e recomendando manter o referido desconto. Estamos aguardando a próxima fatura para aplicá-lo.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Não mensurado.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não mensurado.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	241486		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Adequar o valor do contrato com os custos tributários corretos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Reitoria			100904
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Não mensurado.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Não mensurado.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não mensurado.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	241564		
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Recomenda-se que a Unidade se organize de forma a manter adequadamente a fiscalização e o acompanhamento de seus contratos.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Reitoria			100904
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Este IFMS já tomou as medidas necessárias ao cumprimento da recomendação, designando de maneira formal equipe de fiscalização de obras para acompanhar o transcorrer da execução das mesmas, organizando todos os registros, boletins de medição, cronograma físico, como também solicitando cópias dos documentos relativos ao IFMS que se encontrava em poder da UTFPR.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Não mensurado.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não mensurado.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	244010	1.1.3.2	OC nº 016/2010/AECI/GM-MEC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Recomendamos ao IFMS que cumpra o disposto na Portaria MPOG nº 98/2003, e as sucedâneas que norteiam a aquisição de bilhetes de passagem aérea.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PROAD			100904
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
O IFMS tem programado as viagens através de emissão de bilhetes aéreos com dez dias de antecedência, abrindo exceções diante casos previstos em lei. Nessas situações excepcionais, constará no processo a devida justificativa para tal procedimento.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Não mensurado.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não mensurado.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	244010	1.2.3.1	OC nº 016/2010/AECI/GM-MEC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Recomendamos ao IFMS que apure a responsabilidade pela adesão indevida à ata de registro de preços n.º 071/2008.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Reitoria			100904
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
A UTFPR notificou os servidores responsáveis pelas aquisições através dos ofícios nº 401, 402 e 403/Reitoria de 30/09/2010 a apresentarem formalmente, até o dia 30/11/2010, suas justificativas acerca dos procedimentos adotados para adesão à ata de registro de preços nº 071/2008. Após o recebimento das razões, apurou-se a autoria e materialidade dos fatos através de sindicância administrativa. Na análise atual da Controladoria foi considerada atendida a recomendação conforme resultado do processo de sindicância.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Não mensurado.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não mensurado.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	244010	1.2.3.1	OC nº 016/2010/AECI/GM-MEC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Recomendamos ao IFMS que cumpra o artigo 8º do Decreto n.º 3.931/2001, somente aderindo a quaisquer atas de registro de preços após a comprovação formal da vantagem para a administração.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PROAD			100904
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Encontra-se à disposição para análise dessa Controladoria documentos que comprovam vantagem de adesão às novas contratações na modalidade “registro de preço”.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Não mensurado.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não mensurado.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	244010	1.2.3.2	OC nº 016/2010/AECI/GM-MEC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Nas licitações de obras e serviços de engenharia, que sejam elaboradas propostas orçamentárias e planilhas de composição de preços com a descrição analítica de composição do BDI e a metodologia de cálculo a ser empregada com os percentuais aceitáveis.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PROAD			100904
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Esse item já foi alterado no modelo de licitações referente a obras e serviços de engenharia do IFMS. Este IFMS coloca a disposição dessa Controladoria para análise os documentos que comprovam que a recomendação foi acatada.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Não mensurado.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não mensurado.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	244010	1.2.3.2	OC nº 016/2010/AECI/GM-MEC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Nos editais de licitação de obras, exija dos licitantes a apresentação de suas propostas de preços com a composição detalhada de custos e a demonstração analítica do BDI praticado, com base nas propostas orçamentárias da licitação.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PROAD			100904
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
No modelo de edital de licitação referente às obras do IFMS, a partir da recomendação da CGU, já consta cláusula exigindo a composição detalhada de custos e demonstração analítica do BDI pelos licitantes, conforme legislação vigente. Este IFMS coloca a disposição para análise as novas contratações que se encontram de acordo com a legislação vigente.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Não mensurado.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não mensurado.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	244010	1.3.2.1	OC nº 016/2010/AECI/GM-MEC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Recomendamos ao IFMS que as futuras aquisições e/ou contratações de serviços sejam iniciadas, por meio de: 1) processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa; e 2) razão técnica e financeira para a escolha do objeto adquirido ou serviço contratado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Reitoria			100904
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Todas as demandas do IFMS relacionadas à aquisição de materiais ou à contratação de serviços são objeto de processo administrativo devidamente autuado e autorizado, contendo a justificativa, pesquisa de preços e a motivação técnica e financeira para a escolha do bem adquirido ou do serviço contratado. A instalação da Procuradoria Federal junto ao IFMS foi um avanço para a celeridade dos processos, controle da legalidade e da instrução dos feitos administrativos.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Não mensurado.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não mensurado.			



Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	244010	1.3.2.1	OC nº 016/2010/AECI/GM-MEC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos que, antes de qualquer licitação para a reforma do prédio adquirido, seja definido no edital do certame o detalhamento da previsão dos custos da reforma.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
Reitoria			100904
Síntese da providência adotada:			
A licitação para a reforma e instalação do prédio da reitoria do IFMS só ocorrerá após o término da execução dos projetos que, atualmente, estão em fase final. Consoante recomendação da CGU, o IFMS fará constar no edital o detalhamento dos custos da reforma, procedimento obrigatório em qualquer processo dessa natureza. A fim de que a escolha de espaço físico distinto para a reitoria fique bem esclarecida, foi dada nova redação ao § 1º, do art. 1º, do Estatuto do IFMS, informando que a sua sede temporária é na Av. Afonso Pena, n.º 775, Bairro Amambai, Campo Grande/MS e a definitiva na Rua Ceará, n.º 972, Lote B, Quadra 8, vila Santos Gomes, Campo Grande/MS.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não mensurado.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não mensurado.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	244010		OC nº 016/2010/AECI/GM-MEC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
Descrição da Recomendação:			
Recomendamos ao IFMS que cumpra o disposto no artigo 38, caput da lei 8.666/93, de forma que os processos licitatórios, dispensa e inexigibilidade sejam apresentados devidamente formalizados, numerados e protocolados.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PROAD			100904
Síntese da providência adotada:			
Este IFMS tomou as medidas necessárias para o atendimento a recomendação, colocando a disposição para análise e comprovação da formalização dos mesmos.			
Síntese dos resultados obtidos			
Não mensurado.			
Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor			
Não mensurado.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	244010		OC nº 016/2010/AECI/GM-MEC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Recomendamos ao IFMS que utilize a taxa de gerenciamento de 4% do total gasto com combustível, conforme previsto no item 1 do primeiro termo aditivo a ata de registro de preços nº 96/2008.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PROAD			100904
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Informamos que acatamos as recomendações, e, que não superaremos o valor de 4% da taxa de gerenciamento de combustível até o fim do empenho de consumo 2009NE900040.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Não mensurado.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não mensurado.			

Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa:			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Recomendações do OCI</b>			
<b>Recomendações expedidas pelo OCI</b>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	244010		OC nº 016/2010/AECI/GM-MEC
Órgão/entidade objeto da recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul			100904
<b>Descrição da Recomendação:</b>			
Considerando que o item 1 da requisição 2729/2009, foi objeto do empenho nº 2009NE900041, UG 158031 e que o valor empenhado de R\$10.000,00 foi inscrito em restos a pagar não processados em 31/12/200*, recomendamos que o valor inscrito seja alterado.			
Providências Adotadas			
Setor responsável pela implementação			Código SIORG
PROAD			100904
<b>Síntese da providência adotada:</b>			
Foram enviados a essa Controladoria por meio do PPP apresentado em 30/11/2011, os arquivos contendo os comprovantes SIAFI sobre a anulação dos saldos de empenhos emitidos em 2009 em favor da Ticket, originados pelas UG's 158031 – ETFMS e 158047 – EAFNA, convertidos nas UG's 158449 – IFMS – Campus Campo Grande e 158452 – IFMS – Campus Nova Andradina, respectivamente.			
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>			
Não mensurado.			
<b>Análise crítica dos fatores positivos/negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>			
Não mensurado.			

## 14.1 Recomendações da Unidade de Controle Interno ou de Auditoria Interna atendida no Exercício

Quadro A.16.1 – Informações sobre recomendação da unidade de controle interno ou de auditoria interna atendida no Exercício

Caracterização da Recomendação expedida pela Unidade de Controle Interno ou Auditoria Interna	
Identificação do Relatório de Auditoria	001/2011/AUDIT
Data do Relatório de Auditoria	27/01/2011
Item do Relatório de Auditoria	2
Comunicação Expedida/ Data	27/01/2011
Nome da unidade interna da UJ destinatária da recomendação	PROAD
<b>Descrição da Recomendação</b>	Que a unidade se atente quanto aos recibos de pagamento de aluguel de moradias, encaminhados pelos servidores beneficiados pelo auxílio moradia, atentando para o fato de que deve haver discriminação no corpo do mesmo, quanto às taxas e impostos, tais como: IPTU, taxa de condomínio, taxa de luz, taxa de água, entre outras. Caso não esteja incluso no valor do recibo nenhuma dessas taxas/impostos, solicitar aos beneficiários que conste no recibo a seguinte expressão: “No valor desse recibo não está incluso valores referentes ao IPTU, taxa de condomínio, ou quaisquer outras taxas/impostos/contribuições”.
Providências adotadas pela unidade interna responsável	
<b>Nome da unidade interna da UJ responsável pelo atendimento da recomendação</b>	
Pró-Reitoria de Administração	
<b>Síntese das providências adotadas</b>	
A unidade esclarece que foram adotados os procedimentos para que os pagamentos só sejam efetuados nos casos em que os recibos de aluguel estejam discriminados, destacando-se o valor do aluguel das demais taxas ou conforme o valor apontado no contrato como aluguel mensal. Quanto aos processos de ressarcimentos de valores correspondentes ao auxílio moradia estão sendo devidamente montados para os servidores com direito ao benefício.	
<b>Síntese dos resultados obtidos</b>	
Não mensurado	
<b>Análise crítica dos fatores positivos e negativos que facilitaram ou prejudicaram a adoção de providências pelo gestor</b>	
Não mensurado	

B

Informações  
Contábeis da Gestão

## B . Informações Contábeis da Gestão

### 15.1 Declaração de que as demonstrações contábeis do exercício refletem corretamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da UJ

Quadro B.1.1 - Declaração Plena do Contador

DECLARAÇÃO PLENA DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)		Código da UG	
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul - IFMS		158132	
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema Siafi (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais, previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964), refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Campo Grande, Mato Grosso do Sul	Data	26 de março de 2011
Contador Responsável	Heberton Luiz Duarte Rodrigues	CRC nº	MS 010661/O5
Assinatura			

C

Conteúdo Específico por  
Unidade Jurisdicionada  
ou Grupo de Unidades Afins

## C Indicadores de Gestão

## C . Conteúdo Específico por Unidade Jurisdicionada ou Grupo de Unidades Afins

## 16.1 Indicadores de Desempenho – Acórdão TCU 2267/2005- Plenário

Quadro C.7.3

<b>Relação Candidato/Vaga (ano) (RCV)</b>
$\frac{\text{Inscrições}}{\text{Vagas}} = \frac{8365}{1720} = 4.863$
<b>Relação Ingressos/Alunos (RIA)</b>
$\frac{\text{n}^\circ \text{ de Ingressos}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100 = \frac{1314}{1469} \times 100 = 89,45$
<b>Relação Concluintes/Alunos (RCA)</b>
$\text{RCA} = \frac{\text{n}^\circ \text{ de Concluintes}}{\text{Alunos Matriculados}} \times 100 = \text{Instituto em implantação, não temos alunos concluintes}$
<b>Índice Eficiência Acadêmica (Total) (IEAT)</b> (Por Modalidade de Ensino)
$\text{IEAT} = \frac{\text{n}^\circ \text{ de Concluintes}}{\text{Ingressos}} \times 100 = \text{Instituto em implantação, não temos alunos concluintes}$
<b>Índice de Retenção Escolar (IRET)</b>
$\text{IRET} = \frac{\text{n}^\circ \text{ de Reprov.} + \text{n}^\circ \text{ Matric. Tranc.}}{\text{Alunos matriculados}} \times 100 = \frac{400}{1.469} = 27,23\%$
<b>Relação Aluno/Docente Tempo Integral (RADI)</b>
$\text{RADI} = \frac{\text{Alunos Matriculados (ano)}}{\text{Docentes } 40\text{h} + 40\text{h DE} + 20\text{h}/2} = \frac{1469}{171} = 8,591$
<b>Índice de Titulação do Corpo Docente (ITCD)</b> <i>Pesos: Graduação=1, Aperfeiçoamento=2, Especialização=3, Mestrado=4, Doutorado=5.</i>
$\text{ITCD} = \frac{1(\text{G}) + 2(\text{A}) + 3(\text{E}) + 4(\text{M}) + 5(\text{D})}{(\text{G} + \text{A} + \text{E} + \text{M} + \text{D})}$
$\frac{1(25) + 2(3) + 3(40) + 4(89) + 5(14)}{25 + 3 + 40 + 89 + 14} = \frac{577}{171} = 3,374$

<b>Gastos Correntes/aluno (GCA)</b>	
GCA = Total Gastos Correntes = R\$ $\frac{19.435.181,89}{1.469}$ = <b>R\$ 13.230,21/aluno</b>	

<b>% Gastos de pessoal (%GP)</b>	
GP = $\frac{\text{Total de Gasto com pessoal}}{\text{Gastos totais}} \times 100 = \frac{14.201.180,76}{21.480.410,34} \times 100 = \mathbf{66,11\%}$	
Gastos totais	21.480.410,34

<b>% de Gastos de outros Custeios (%GOC)</b>	
GOC = $\frac{\text{Gastos de outros custeios}}{\text{Gastos Totais}} \times 100 = \frac{5.234.001,13}{21.480.410,34} \times 100 = \mathbf{24,37\%}$	

<b>% de Gastos com Investimentos (%GINV)</b>	
GINV = $\frac{\text{Gastos de Investimentos}}{\text{Gastos Totais}} \times 100 = \frac{2.045.228,45}{21.480.410,34} = \mathbf{9,52\%}$	

Indicadores sociais  
(Pesquisa realizada com os alunos ingressantes – 2011)

<b>Renda per Capita Familiar</b>	<b>Nº alunos matriculado</b>	
	2011	%
-		
Até 0,5 Salário mínimo	288	27,27
De 0,5 SM até 1 SM	375	35,52
De 1 SM até 1,5 SM	199	18,84
De 1,5 SM até 2,5 SM	126	11,93
De 2,5 SM até 3 SM	37	3,50
Acima de 3 Salários mínimos	31	2,94
<b>TOTAL da amostra</b>	1.056	100
<b>TOTAL da Matrícula Anual</b>	1,707	
<b>Amostra em relação à matrícula anual</b>	61,86%	